



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições da legislação societária e normas pertinentes, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas este Relatório da Administração, referente às atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2007 e que será, a seu tempo, acompanhado dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, assim como da manifestação do Conselho de Administração.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS

Na condição de empresa pública encarregada de universalizar o abastecimento de água e o saneamento ambiental, a CORSAN permeou suas atividades por rigorosos princípios de ética e responsabilidade social, tratando de aliar sustentabilidade ambiental a uma base econômica sólida. Resultados positivos, para uma empresa pública, só se integram perante o cumprimento concomitante de seus objetivos sociais e humanos. As importantes conquistas apresentadas a seguir traduzem uma busca da excelência empresarial redobrada pelos esforços de contemplar princípios de universalização e acesso ao bem vital de que se constituem os produtos e serviços da CORSAN:

- 34 prêmios e manutenções de certificações conquistadas no ano de 2007;
 - 122 mil pessoas com novos acessos a água tratada em 2007;
 - Obtenção de lucro há cinco exercícios consecutivos;
 - 99% dos investimentos realizados com recursos próprios;
 - Primeira empresa pública do Estado a introduzir o módulo de Nota Fiscal Eletrônica, dando maior agilidade e confiabilidade na movimentação de equipamentos;
 - Renovação de 22 Contratos de Programa com os Municípios.
- Em 2007, a expansão dos serviços prestados pela CORSAN permitiu estender o abastecimento de água a 32.935 novas economias e a coleta de esgotos a 4.194. Assim, mais 122.000 pessoas, no Rio Grande do Sul, passaram a receber os benefícios da principal fonte de vida e saúde, essencial para seu bem-estar.

Variáveis Físicas e Financeiras

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2007	2006	Varição %
Economias Totais Água	ECO	2.166.919	2.133.984	1,5
Economias Totais Esgoto	ECO	232.683	228.489	1,8
Empregados em Atividade	Pessoas	4.166	4.250	-2,0
Volume Disponibilizado	1.000 m³	515.450	511.073	0,9
Receita Operacional	R\$ milhões	1.080,5	1.013,2	6,6
Custo Total dos Serviços	R\$ milhões	562,0	564,2	-0,4

O Volume de Água Disponibilizada ao consumo aumentou em 0,9% em relação ao ano de 2006, ou seja, houve um incremento de 4.377.000 m³. O número de economias ligadas cresceu 1,5%.

O Departamento de Educação Ambiental da CORSAN, realizou visitas às estações de Tratamento de Água e Esgoto levando conhecimento e conscientização sobre a importância do tratamento da água para aproximadamente 75.000 gaúchos distribuídos nas 9 Superintendências Regionais da CORSAN.

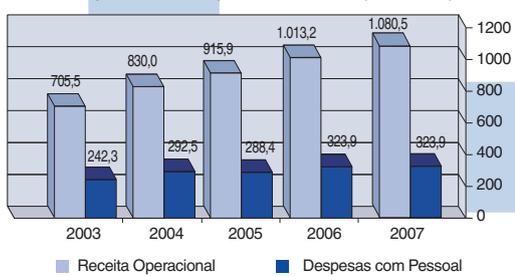
O excelente resultado da CORSAN em 2007, com lucro líquido de R\$ 53,4 milhões foi decorrente, principalmente, do aumento da comercialização de água tratada, redução de perdas físicas e de faturamento, bem como atualização das tarifas. Como empresa pública responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto, manteve suas atividades buscando qualificar cada vez mais o processo de gestão e o relacionamento com seu público. Este esforço resultou no crescimento da Receita Operacional, 6,6% em relação a 2006 e 18% em relação a 2005. Os Custos dos Serviços estão mantendo-se em torno de 55% nos últimos cinco anos em relação à Receita Operacional, com uma redução de 3,7% em relação a 2006, e de 6,6% em relação ao ano de 2005, como pode ser observado na figura a seguir:

Receita Operacional x Custos dos Serviços (R\$ milhões)



No exercício de 2007, as Despesas com Pessoal somaram R\$ 323,9 milhões, correspondendo a 30% da Receita Operacional. Nos últimos cinco anos, representam em média 32,6%, conforme demonstrado na figura abaixo:

Receita Operacional x Despesas com Pessoal (R\$ milhões)



2. AÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 PROGRAMA DE MELHORIA DE GESTÃO DA CORSAN – PMG

Em continuidade às ações que visam a melhoria dos processos de gestão, a Companhia alcançou importantes resultados no último período, a partir da ampliação das ações do Programa de Melhoria de Gestão – PMG, sendo focado em três grandes linhas de atuação:

- Corporativo;
- Superintendências Regionais/Unidades de Saneamento;
- Tecnologia da Informação e Comunicação.

No âmbito Corporativo, a Superintendência de Planejamento, Orçamento e Gestão – SUPLAG, a partir das declarações e objetivos estratégicos definidos pela Diretoria Colegiada, e do planejamento econômico e financeiro para o período 2008-2011, coordenou a elaboração do planejamento estratégico, indicando os programas, ações e projetos de investimento e de melhoria de gestão previstos para o período. Também evoluíram os aspectos relativos à sistematização de processos em unidades organizacionais corporativas, destacando-se:

- Superintendência de Contabilidade – SUCONT, a qual implantou sistema de gestão baseado nos critérios da ISO 9001:2000, mantendo a certificação por instituição credenciada;
 - Superintendência de Tratamento – SUTRA, através da manutenção do escopo da certificação do Laboratório Central pela ISO GUIDE 17025;
 - Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos e Resíduos Sólidos do Pólo Petroquímico – SITEL e Central de Tratamento de Efluentes do Complexo Automotivo de Gravataí – CETEL, com a manutenção da certificação pela ISO 14001.
- O PMG consolidou o processo de qualificação das Unidades de Saneamento - USs, baseado nos critérios e práticas do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade - PGQP e do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS, tendo alcançado, em 2007, a marca de 62 USs, além do SITEL, integradas ao Programa.
- Como fruto deste trabalho, relacionamos os principais reconhecimentos públicos alcançados em 2007:
- Troféu Bronze Prêmio Qualidade RS - PQRS/2007 para as USs de Camaquã, São Lourenço do Sul, Restinga Seca, Montenegro, Nova Petrópolis, Campo Bom, Esteio, Taquara e SITEL;
 - Medalha Bronze PQRS/2007 para as USs de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Tenente Portela, Erechim, Canela, Ivoti, Viamão, Cidreira, Terra de Areia;
 - Troféu Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS/2007 Ouro Nível II para o SITEL;
 - Troféu PNQS/2007 Prata Nível II para a US de Esteio;
 - Troféu PNQS/2007 Bronze Nível I para as USs de Santa Rosa, Vacaria, Canoas e Cidreira;
 - Diploma PNQS/2007 Nível II para a US de Campo Bom e Nível I para as USs de São Lourenço do Sul, Restinga Seca, Ivoti, Nova Petrópolis, Taquara e Viamão.

2.2 OUTRAS AÇÕES INSTITUCIONAIS

A CORSAN continua desenvolvendo trabalho em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS e o Ministério Público do Rio Grande do Sul - MP/RS para consolidação do modelo de contrato de delegação de prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Essa nova figura jurídica, denominada Contrato de Programa, que está nos moldes da nova Lei do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11445/07), vem atender às exigências legais e garantir a consolidação das relações entre o poder concedente e a concessionária, além de padronizar procedimentos, incorporar indicadores de desempenho e incluir a designação de entidade de regulação e fiscalização, aprovada em janeiro de 2007.

Neste novo modelo contratual que prevê, para assinatura do Contrato de Programa com a CORSAN, a necessidade de Lei Municipal Autorizativa, além da celebração de Convênio de Cooperação Técnica com o Estado e de Regulação com a AGERGS, seguido de processo licitatório (que pode ser dispensado por se tratar de ente integrante da administração pública), foram firmados 22 Contratos de Programa

em 2007, que terão sua vigência por 25 anos e serão de água e esgoto, tendo que ser sua assinatura precedida de Audiência Pública para apresentação do Plano de Saneamento Municipal e do contrato de prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, conforme exige a Lei Federal nº 11445/07.

Dentre os municípios que já aderiram ao novo modelo contratual para prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário encontram-se Canoas, Esteio, Chui, Esmeralda, Espumoso, Cerrito, Rolante, Guaporé, Ilópolis, Nova Palma, Horizontina, Parai, Carlos Barbosa, Xangri-lá, Encantado, Cerro Largo, Manoel Viana, Taquara, Porto Xavier, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Estância Velha, Capão da Canoa, Dois Irmãos, Independência, Santo Cristo, Caçapava do Sul, Santa Margarida do Sul, Cotiporã e Imbé.

A Companhia tem participado intensamente dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul. Ao aprofundar a interlocução com a sociedade civil organizada, a empresa contribui para fortalecer um modelo inovador de gestão dos recursos naturais. Além dos problemas ambientais, os Comitês atuam para diminuir conflitos de interesses entre usuários no uso e manejo da água.

A CORSAN atua, também, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte de sua política de responsabilidade social corporativa, a Empresa apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

3. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS

3.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em 2007, em consequência das tratativas havidas com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a CORSAN, firmou no mês de agosto, contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, via programa “Saneamento Para Todos”, instituído pelo Ministério das Cidades, no valor global de R\$ 80,3 milhões incluindo a contrapartida para ampliação de sistemas de distribuição de água e esgotos sanitários nas seguintes localidades: Arroio do Meio, Cachoeirinha, Capão da Canoa, Carlos Barbosa, Encantado, Gravataí, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, São Sepé, Sapiranga, Tramandaí e Viamão.

Da mesma forma as Prefeituras Municipais de Osório, Encantado e Torres foram habilitadas para contratar junto à Caixa Econômica Federal - CEF os recursos necessários para a ampliação dos sistemas de esgotos sanitários, no valor global de R\$ 30,3 milhões. Neste caso, a CORSAN, como parte interveniente nos contratos, assumirá os encargos financeiros e será o ente responsável pela contratação das obras, sua implantação e operação.

Das tratativas precedentemente referidas restou também assegurado a transferência de recursos do Orçamento Geral da União – OGU para o Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 237,6 milhões excluída a contrapartida a cargo da CORSAN (R\$ 40,5 milhões), com a finalidade de melhoria das condições ambientais das bacias hidrográficas dos rios Gravataí e Sinos, na Região Metropolitana de Porto Alegre bem como de ampliação da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário de cidades com população entre 50.000 e 150.000 habitantes.

Estes recursos serão repassados à CORSAN, conforme cronograma de realização das obras, sendo destinados à contratação da ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES de Canoas, da implantação do SES integrado de Alvorada-Viamão e do SES integrado de Esteio-Sapucaia do Sul, da ampliação do SES de Carazinho, São Gabriel e Uruguai e implantação do SES de Venâncio Aires.

Ainda dentro das tratativas referentes ao PAC, foram encaminhadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social, consultas prévias para a contratação de operação de crédito no valor global de R\$ 220 milhões, incluindo a contrapartida destinada à ampliação de Sistema de Abastecimento de Água - SAA e do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, beneficiando as seguintes localidades: Alvorada, Campo Bom, Canoas, Charqueadas, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Passo Fundo, Portão, Rio Grande, Santa Maria, Santo Antônio da Patrulha, Sapucaia do Sul e Três Coroas.

Por fim, encaminhou a CORSAN, para análise técnica e de viabilidade, referente ao processo seletivo de operações de crédito para execução de obras de saneamento básico, ao MCIDADES, cartas consultas no valor global de R\$ 115,6 milhões, incluindo as contrapartidas destinadas à ampliação e implantação de SAA e SES nas seguintes localidades: Alegrete, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canguçu, Carazinho, Erechim, Ivoti, Santa Rosa, Santiago, São Borja e Vacaria.

3.2 INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os valores destinados a obras e outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento, podem ser visualizados no quadro a seguir:

Programa	Investimento (R\$ milhões)	Percentual (%)
Recursos Próprios	93,7	99,0
Outros	0,9	1,0
Total	94,6	100,0

Dos investimentos em obras realizados em 2007, cabe destacar a conclusão do sistema de destinação final dos lodos da Estação de Tratamento de Água - ETA de Rio Grande, a implantação do SAA do distrito de Santa Isabel do Sul pertencente ao município de Arroio Grande, a implantação do reservatório semi-enterrado de 500 m³ em Dois Irmãos, a implantação dos reservatórios elevados de 500 m³ de Vacaria, Passo Fundo e Lagoa Vermelha e do reservatório enterrado de 2.000 m³ em Tramandaí.

4. AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A CORSAN presta serviços de abastecimento de água para 2.166.919 economias, e de coleta e tratamento de esgotos para 232.683 economias do Estado do Rio Grande do Sul. Para adequar-se às demandas de saneamento, a Companhia realizou investimentos com recursos próprios tendo a plena convicção de que os benefícios relativos à saúde pública e ao meio ambiente justificam todos os esforços.

Em 2007, as redes coletoras de sistemas de esgotamento sanitário tiveram acréscimo de 4.927 metros em sua extensão, a capacidade de tratamento foi elevada em 29 m³/dia e a capacidade de recalque de esgoto bruto foi elevada em 36 m³/dia.

Quanto aos sistemas de abastecimento de água, foram assentados 116.741 metros de novas redes de água, efetivadas substituições em uma extensão de 57.662 metros de redes e o volume de reservação ampliado em mais 2.940.000 litros.

A CORSAN e o Programa de Ações e Poços - PAP, vinculado à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano - SEHADUR, perfuraram 213 poços tubulares profundos em diversas localidades, perfazendo um total de 29.700 metros.

Cabe reiterar que o Rio Grande do Sul dispõe de um sistema de perfuração de poços que são construídos de acordo com padrões técnicos e legais que possibilitam o constante monitoramento da qualidade da água. Para a CORSAN, o combate ao uso de fontes alternativas, como poços artesianos clandestinos e ligações irregulares, que concorrem com o sistema de abastecimento público, é um dos desafios permanentes. As comunidades em desvantagem social são as mais vulneráveis aos riscos que os poços instalados de forma ilegal causam à saúde da população.

Para minimizar possíveis impactos causados por obras de infra-estrutura, a empresa prosseguiu em suas ações de plantios compensatórios, mediante distribuição de 10.000 mudas de árvores nativas.

5. AÇÕES OPERACIONAIS

Em busca de maior eficiência e eficácia na operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e industrial, foram desenvolvidas durante o ano de 2007 as seguintes ações:

5.1 MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Todos os municípios onde a CORSAN atua, receberam relatórios mensais e semestrais sobre a qualidade da água tratada e disponibilizada, conforme orientação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - SISÁGUA. Todos os consumidores receberam relatório anual sobre a qualidade da água distribuída e dos mananciais, bem como informações mensais na conta de água, que demonstraram a qualidade da água distribuída.

5.2 MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO INDUSTRIAL E RESÍDUOS SÓLIDOS

A CORSAN desenvolve e aplica normas, controles e padronização dos procedimentos de tratamento e gerenciamento de resíduos industriais (líquidos e sólidos) nas atividades desenvolvidas através do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos – SITEL, do Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos – SICECORS e da Estação de Tratamento de Água do SITEL (ETA – PÓLO), situados no Pólo Petroquímico do Sul, em Triunfo. A Central de Tratamento de Efluentes Líquidos – CETEL, localizada no Complexo Automotivo da General Motors do Brasil, em Gravataí, também está integrada a esta rede de proteção ao meio ambiente.

No SITEL e no SICECORS, foram concluídas as grandes obras de recuperação das unidades e efetuadas as necessárias previsões para os próximos anos no que tange a atualização de tecnologias e complementações ao tratamento.

No CETEL, foi concluído o projeto de atualização da unidade e de complementação do sistema, cuja execução foi incluída no “Plano Plurianual 2008-2011”, com início a partir de 2008.

Quanto a ETA-PÓLO, foram quantificadas as demandas advindas da ampliação do Pólo Petroquímico, bem como do crescimento da região periférica, sendo estas também incluídas no mesmo “Plano Plurianual 2008-2011”, e com previsão de início a partir de 2008.

5.3 DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Procedeu-se o incremento do serviço de manutenção dos equipamentos eletromecânicos e de automação, com o mapeamento dos processos e aperfeiçoamento dos procedimentos de execução e organização dos trabalhos e controle informatizado da manutenção através do sistema SME. Estamos também ultimando a introdução do módulo de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), onde a CORSAN é pioneira entre as empresas públicas do Estado a adotar esta nova tecnologia que dará maior agilidade e confiabilidade ao cadastro e a movimentação dos equipamentos.

Entre as várias ações, destacamos a implantação do projeto mecânico da nova captação de água bruta no Arroio das Garças da cidade de Canoas, nova câmara de manobras na captação de água bruta da cidade de Guaporé, novo barrilete da câmara de manobras da estação de recalque de água tratada da cidade de Rio Grande.

Procedeu-se ações em programas de controle de perdas e de melhorias operacionais com substituições de equipamentos e de redes obsoletas em diversos sistemas de abastecimento de água, visando aumentar a confiabilidade, a segurança, a continuidade do serviço, e a redução de custos.

Ações relevantes também estão em execução no Programa Especial de Gestão de Energia Elétrica, através de contrato de “Performance” firmado com concessionária de energia elétrica para implantação de novo sistema de acionamento do equipamento elétrico de bombeamento de água na estação de recalque de água tratada da cidade de Rio Grande já mencionada. Outros projetos especiais foram implantados em diversas localidades, como a substituição de motores e bombas por equipamentos de maior rendimento e na área de iluminação com a substituição de lâmpadas com recursos da CEEE a fundo perdido.

Dentro do Programa de Melhoria de Gestão, intensificou-se o controle de consumo de energia elétrica e a adequação dos contratos de fornecimento com as concessionárias e a aquisição de modernos instrumentos de medição e registro de variáveis elétricas.

Ações de treinamento nesta área de energia elétrica estão sendo disseminadas por toda a corporação, bem como cursos específicos em Eficiência Hídrica e Energética em Saneamento.

6. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

As ações administrativas na gestão dos serviços, materiais, administração de pessoal, desenvolvimento dos recursos humanos e assistência aos empregados abrangeram no exercício de 2007:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6.1 POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

A CORSAN em 2007, contou com um quadro de 4.166 empregados. Em seu benefício, assegurou uma política de recursos humanos que estimulou o autodesenvolvimento através de incentivos, principalmente, com auxílio financeiro para pagamento de cursos universitários. A política de benefícios adotada pela Companhia contempla a concessão de vale alimentação e rancho, plano de assistência médica extensiva aos dependentes, auxílio creche/babá e previdência privada. A Empresa consolidou sua política de remuneração com o Programa de Participação nos Resultados - PPR, baseado em indicadores que estimulam a produtividade quantificada pela superação das metas fixadas. Contou também com uma política de remuneração fixa estipulada através de um plano de cargos e salários e acordos coletivos consolidados com vários sindicatos.

6.2 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos nas áreas de desenvolvimento gerencial, desenvolvimento de recursos humanos e melhoria dos processos de trabalho, proporcionaram 6.160 oportunidades de treinamento, totalizando 3.372 horas de treinamento, cujo valor investido foi de R\$ 2,7 milhões. Destaca-se a atuação, enquanto suporte ao Programa de Melhoria de Gestão – PMG, com a capacitação dos colaboradores das unidades organizacionais integrantes do PMG, em ações das diversas áreas para o alcance de objetivos estratégicos da empresa, no desenvolvimento de treinamentos operacionais e no desenvolvimento gerencial dos novos gestores. A Escola de Gestão oportunizou participação em eventos para desenvolvimento de recursos humanos. Foi ampliada a parceria entre a Delegacia Regional do Trabalho e a CORSAN, com o apoio pedagógico do SENAI, na elaboração de projetos e cursos para aprendizes de instalador hidráulico e assistente administrativo. Além de contribuir para a formação de jovens carentes, o projeto visa preparar futuros prestadores de serviços, qualificando-os e tornando-os aptos para ocupar os empregos indiretos gerados pelo setor de saneamento.

6.3 PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

O Departamento de Saúde e Segurança prestou assessoria às Unidades de Saneamento e demais setores da Empresa, com o objetivo de promover qualidade de vida aos trabalhadores através de ações preventivas, tanto nos aspectos da segurança como da saúde, através da elaboração de diversos programas.

O Programa de Saúde do Trabalhador teve enfoque nas relações de trabalho e prioriza as ações em grupos e a intervenção "in loco" com atuação das áreas da Psicologia e Serviço Social. Na área de Medicina do Trabalho foi realizada adequação ao Decreto 6042/07 da Previdência Social, que trata do Fator Acidentário Previdenciário - FAP e Nexô Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP, estabelecendo maior controle sobre as causas de afastamentos e os diagnósticos de possíveis doenças ocupacionais. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO teve alteração nos exames periódicos com base nos dados obtidos pela elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPAR, conforme legislação de segurança do trabalho e está sendo implementado nas Superintendências Regionais e Funcionais.

A área de Segurança do Trabalho coordenou a adequação de procedimentos referente às Normas Regulamentadoras, em especial a Norma Regulamentadora 10 (Eletricidade) e 33 (Espaços Confinados), elaborou Programas de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRAs em várias US, realizou ensaios de vedação em atendimento ao Programa de Proteção Respiratória, elaborou análises de riscos e encaminhamentos para aposentadoria através do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP entre outras atividades. O serviço de Odontologia coordenou a Unidade Móvel Odontológica - UMO que disponibilizou 6 unidades circulando pelas USs da empresa e realizou atendimentos nos consultórios da CORSAN.

6.4 PADRONIZAÇÃO DE NORMAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

A CORSAN firmou Termo de Convênio com empresas do setor de saneamento básico, em nível nacional, visando a unificação e uniformização das normas referentes a aquisição de suprimentos e contratação de serviços. Conseqüentemente, será criado junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas, um comitê setorial específico do saneamento. Qualificação e economia de escala no emprego de materiais e ou serviços são os resultados intrínsecos ao objeto do Convênio.

6.5 GESTÃO DA FROTA

Em 2007, foi dado início a implantação da primeira célula que permitirá o monitoramento e gestão eletrônica da frota, objetivando a otimização do uso e a conseqüente redução de despesas.

7. AÇÕES COMERCIAIS

No cenário atual, com a implementação da Diretoria Comercial na estrutura organizacional da CORSAN, retorna-se a consolidação de estreitamento com a carteira de clientes de mais de 7 milhões de gaúchos, distribuídos em 2.166.919 economias segmentadas por categorias distintas.

A consolidação destas relações institucionais com os clientes, bem como o avanço contínuo das expectativas destes, em contraponto à necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CORSAN, traduz-se no foco de ação desta Diretoria através da aplicação de programas, planos e práticas de gestão inovadoras.

Estes objetivos para serem alcançados levaram à necessidade de planos de Controle da Inadimplência, redução da evasão de clientes para fontes alternativas de abastecimento, reorganização de Normas de Procedimentos e do Regulamento de Serviços de Água e/ou Esgoto - RSAE, Padronização das Rotinas Comerciais, Redução de Perdas Comerciais por Fraudes, Atualização Cadastral e de Otimização da Medição.

7.1 PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DA MEDIÇÃO

Na área de micromedição, foram investidos R\$ 8,7 milhões para a recuperação de 261.000 hidrômetros, direcionados à substituição de medidores parados quebrados e danificados, hidrômetros destinados à renovação do parque de hidrômetros e incremento da micromedição e reformulação das Oficinas Regionais de Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo.

As ações supracitadas garantem a manutenção dos seguintes sub-programas:

7.1.1 Substituição de Hidrômetros Parados e Quebrados

Foram substituídos em 2007 em média 8.200 hidrômetros/mês, hidrômetros estes recuperados nas Oficinas Regionais de Porto Alegre, Passo Fundo e Santa Maria.

7.1.2 Renovação do Parque de Hidrômetros

O sub-programa de Renovação do Parque de Hidrômetros tem por objetivos principais a redução da idade média do parque de medidores CORSAN, a qual até 2006 apresentava-se na faixa de 9 (nove) anos. Dentro dos critérios adotados foram implementadas ações de cunho operacional reduzindo a idade média do parque para 7,5 anos, num contexto de planejamento estratégico de redução para 5 (cinco) anos até 2009. Para tanto foram substituídos no ano de 2007 em torno de 160.000 medidores antigos.

7.2 REDUÇÃO DA EVASÃO DE CLIENTES PARA FONTES ALTERNATIVAS DE ABASTECIMENTO

Em ações conjuntas com o Ministério Público e Vigilâncias Sanitárias Municipais foram desenvolvidas ações de redução da proliferação de fontes alternativas indevidas, em cumprimento a legislação Federal e Estadual: art. 26 da Constituição Federal e inciso III do art. 7º da Constituição Estadual, Lei Federal 9433/97 e Lei Estadual 10350/94, Termo de Ajustamento de Conduta – TAC com Ministério Público Estadual de 2003 e Termo de Convênio entre a Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, CORSAN e Ministério Público datado de 11 de outubro de 2006. As ações são concentradas e institucionalizadas pela revisão e cadastro das fontes alternativas por Regional, com ação direta do MP/RS.

7.3 NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DO REGULAMENTO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E/OU ESGOTO

Foi efetuada a atualização de todas as Normas de Procedimentos Comerciais, bem como em conjunto com a Superintendência Jurídica, efetuada a atualização do Regulamento de Serviços de Água e Esgoto da CORSAN, em função da Lei Federal 11445, de 05 de janeiro de 2007.

7.4 PROGRAMA DE REVISÃO CADASTRAL

Foi implantado em 2007, o Programa de Revisão Cadastral Geral. Este programa destina-se a preparação do Sistema Comercial Integrado - SCI para entrada dos dados revisados através de Autorizações de Serviços – AS ou através de Coletores de Dados – EDA. A partir da detecção das informações levantadas em campo, o SCI inclui automaticamente, os serviços a serem realizados e as notificações relativas as alterações do cadastro de economias/categorias e/ou infrações, abrindo prazo ao usuário para contrarrazões. Após análise da CORSAN o sistema emite os ofícios aos usuários com resposta sobre o deferimento ou não da defesa apresentada. O processo de notificações é operado por meio de Avisos Registrados - ARs, através da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT. As referidas notificações são digitalizadas e ficam disponíveis para acesso através do Sistema Comercial Integrado da CORSAN e, também, no site da ECT.

7.5 CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

O Controle da Inadimplência, foi realizado através de ações preventivas e revisão de critérios, objetivando gerar liquidez nas cobranças do contas a receber.

7.6 PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DO SUBSÍDIO RESIDENCIAL SOCIAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Em 2007 teve continuidade o Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda. A CORSAN, dentro de sua política tarifária, possui as categorias residenciais denominadas "RA" e "RA1". Ambas as categorias possuem subsídio tarifário na forma de um desconto de 60% aplicado sobre os valores faturados na categoria residencial "B". O artigo 51 do Regulamento dos Serviços de Água e Esgotos - RSAE, letra C, estabelece que serão sociais as "Economias integrantes de imóveis ocupados exclusivamente para fins de moradia, por pessoas de baixa renda e que comprovem ter no máximo 6 (seis) pontos de água e não mais de 60 (sessenta) m² de área total construída". Atualmente, estão enquadrados nesta categoria 303.464 economias.

7.7 PROGRAMA DE CONTROLE DE TRATAMENTO DE EFLUENTES - CTE

O Programa de Controle de Tratamento de Efluentes – CTE visa atingir procedimentos mais ágeis no atendimento aos usuários transportadores ou geradores de efluentes provenientes de fossas sépticas, aterros sanitários e/ou laboratórios. Através desse programa reduziu-se o prazo de contratação do serviço, que oscilava em torno de 45 dias, para a possibilidade de ocorrer on-line. Todo o fluxo do processo foi colocado no Sistema Comercial Integrado, dentro de parâmetros pré definidos. Nesse programa as Estações de Esgotos estão sendo informatizadas e o controle de recebimento de cargas e de efluentes, com seus respectivos laudos técnicos, são controlados pelo SCI.

7.8 INDICADORES DE EFICIÊNCIA COMERCIAL

Com a finalidade de medir as ações comerciais realizadas em cada uma das Unidades de Saneamento, foram atualizados todos os indicadores de eficiência comercial, ferramenta de gestão que embasa e facilita o processo de tomada de decisões.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho econômico-financeiro da CORSAN nos últimos cinco anos pode ser avaliado na figura abaixo, na qual se verifica crescimento de 18% do Lucro Bruto em comparação com o ano anterior. No período de 2007, o Lucro Bruto da empresa atingiu R\$ 418,9 milhões e o Resultado do Exercício foi de R\$ 53,4 milhões.

Lucro Bruto x Resultado do Exercício (R\$ milhões)



Vale ressaltar que a Companhia obteve resultado positivo pelo quinto ano consecutivo.

Finalmente, cabe registrar nosso agradecimento aos Empregados da CORSAN, à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano - SEHADUR e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com a confiança do Conselho de Administração e o zelo dos membros do Conselho Fiscal, por seu apoio, sem o qual não seria possível alcançar os resultados positivos apresentados neste Relatório.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2007.

Mário Rache Freitas
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006		2007	2006	2007	2006
	Reclassificado		Reclassificado			Reclassificado		Reclassificado	
CIRCULANTE	258.853	221.381	260.141	222.580	CIRCULANTE	303.415	285.242	303.346	285.325
Disponibilidades	44.164	14.180	44.759	14.794	Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	60.813	66.731	60.813	66.731
Contas a Receber de Usuários, líquidas (Nota 5)	172.545	154.369	172.545	154.369	Fornecedores (Nota 15)	71.514	65.021	71.121	64.837
Estoques (Nota 6)	21.896	31.517	22.474	31.919	Impostos e Contribuições	22.842	21.821	22.995	21.913
Valores a Compensar (Nota 7)	5.938	7.266	5.998	7.334	Impostos e Contribuições - Parcelamentos (Nota 16)	34.077	42.272	34.096	42.297
Créditos com Prefeituras Municipais	1.248	917	1.248	917	Dívidas com Fundação CORSAN (Nota 21 (c))	31.418	29.897	31.418	29.897
Créditos Fiscais Diferidos (Nota 8)	8.003	7.935	8.003	7.935	Consignações	2.725	2.101	2.725	2.101
Outros Créditos (Nota 9)	5.059	5.197	5.114	5.312	Provisões Tributárias, Trabalhistas e Outras	6.880	3.914	6.881	4.026
					Provisão para Tributos Diferidos (Nota 17)	7.482	7.935	7.482	7.935
NÃO CIRCULANTE	1.396.623	1.403.848	1.395.504	1.403.006	Férias e Encargos a Pagar	26.198	25.419	26.284	25.500
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	65.201	64.277	65.279	64.368	Juros sobre o Capital Próprio (Nota 20 (b))	36.593	17.500	36.593	17.500
Depósitos Judiciais	4.801	5.283	4.857	5.352	Outros Débitos	2.873	2.631	2.938	2.588
Créditos com Prefeituras Municipais	3.633	3.957	3.633	3.957					
Rendimentos SIAC	1.133	254	1.133	254	NÃO CIRCULANTE	789.846	814.703	789.925	814.837
Créditos Fiscais Diferidos (Nota 8)	41.096	43.362	41.096	43.362	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	789.846	814.703	789.925	814.837
Reclamações e Rescisões Contratuais (Nota 10)	11.944	8.828	11.944	8.828	Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	368.798	435.295	368.798	435.295
Outros créditos (Nota 9)	2.594	2.593	2.616	2.615	Fornecedores (Nota 15)	12.674	23.392	12.674	23.392
					Impostos e Contribuições - Parcelamentos (Nota 16)	42.280	70.162	42.280	70.182
PERMANENTE	1.331.422	1.339.571	1.330.225	1.338.638	Dívidas com Fundação CORSAN (Nota 21 (c))	166.502	176.005	166.502	176.005
INVESTIMENTOS	2.883	2.631	858	858	Provisão para Tributos Diferidos (Nota 17)	37.342	43.362	37.342	43.362
Participação em Empresa Controlada (Nota 11)	2.125	1.873	-	-	Provisão para Contingências (Nota 18)	123.571	32.789	123.650	32.903
Outros Investimentos	758	758	858	858	Provisão para Benefício Pós-Emprego (Nota 19)	38.679	33.698	38.679	33.698
IMOBILIZADO	1.328.539	1.336.940	1.329.367	1.337.780	ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	159	140
Imobilizado Técnico (Nota 12)	1.182.431	1.223.406	1.183.259	1.224.246	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	562.215	525.284	562.215	525.284
Obras em Andamento (Nota 12)	146.108	113.534	146.108	113.534	CAPITAL SOCIAL (Nota 20 (a))	503.842	503.842	503.842	503.842
					RESERVAS DE CAPITAL	17.148	16.276	17.148	16.276
TOTAL	1.655.476	1.625.229	1.655.645	1.625.586	Auxílio para Obras	9.262	8.677	9.262	8.677
					Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.599	7.886	7.599
					RESERVA DE REAVALIAÇÃO	116.821	131.521	116.821	131.521
					PREJUÍZOS ACUMULADOS	(75.596)	(126.355)	(75.596)	(126.355)
					TOTAL	1.655.476	1.625.229	1.655.645	1.625.586



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL	1.080.516	1.013.185	1.081.497	1.014.205
(-) Impostos, devoluções e abatimentos	(99.883)	(94.449)	(102.680)	(97.408)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	980.633	918.736	978.817	916.797
(-) Custo dos Serviços	(561.717)	(564.164)	(558.323)	(561.104)
LUCRO BRUTO	418.916	354.572	420.494	355.693
(-) Despesas Comerciais	(45.768)	(34.868)	(45.841)	(35.022)
(-) Despesas Administrativas	(208.039)	(136.329)	(209.205)	(137.457)
(-) Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas (Nota 22)	(15.508)	(22.979)	(15.788)	(22.888)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(45.594)	(112.854)	(45.566)	(112.792)
Receitas Financeiras (Nota 23)	45.701	68.041	45.734	68.108
(-) Despesas Financeiras (Nota 23)	(91.295)	(180.895)	(91.300)	(180.900)
LUCRO OPERACIONAL	104.007	47.542	104.094	47.534
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(167)	1.544	(167)	1.542
Receitas Não Operacionais	98	2.120	98	2.120
(-) Despesas Não Operacionais	(265)	(576)	(265)	(578)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	103.840	49.086	103.927	49.076
(-) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (Nota 24)	(19.057)	(5.303)	(19.082)	(5.303)
(-) Imposto de Renda (Nota 24)	(49.768)	(12.356)	(49.811)	(12.356)
Provisão CSLL Diferida (Nota 24)	1.503	-	1.503	-
Provisão IRPJ Diferido (Nota 24)	16.833	-	16.833	-
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	(19)	10
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.351	31.427	53.351	31.427
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM R\$)	130,98	103,93		

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2007	2006	2007	2006
I - ORIGENS DE RECURSOS DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	53.351	31.427	53.351	31.427
Itens que não afetam o Capital Circulante Líquido:				
Depreciações e Amortizações	96.502	96.077	96.620	96.210
Equivalência Patrimonial	(252)	136	-	-
Custos das Baixas do Ativo Permanente	6.563	13.905	6.563	13.907
Créditos Fiscais Diferidos	(11.297)	-	(11.297)	-
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	4.981	8.662	4.981	8.662
Provisão para Contingências	89.629	7.666	89.742	7.779
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	19.554	23.726	19.568	23.726
Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	19	(10)
	259.031	181.599	259.547	181.701
DOS SÓCIOS				
Aumento de Capital	-	151.456	-	151.456
	-	151.456	-	151.456
DE TERCEIROS				
Aportes de Financiamentos de Longo Prazo	-	588	-	588
Parcelamentos de Tributos	86	-	86	-
Redução Realizável a Longo Prazo	58.329	33.367	58.329	33.367
Doações e Subvenções	872	929	872	929
Outras Adições ao Exigível a Longo Prazo	810	23.309	810	23.309
	60.097	58.193	60.097	58.193
Total das Origens	319.128	391.248	319.644	391.350
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Imobilizado	94.664	101.423	94.771	101.452
Realizável a Longo Prazo	33.139	-	33.139	-
Juros sobre Capital Próprio	25.102	17.586	25.102	17.586
Transferências de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	55.346	62.749	55.346	62.749
Transferências de Outras Obrigações de Longo Prazo para o Circulante	73.056	69.691	73.056	69.691
Amortizações do Exigível a Longo Prazo	18.522	5.409	18.690	5.432
Total das Aplicações	299.829	256.858	300.104	256.910
III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (I-II)	19.299	134.390	19.540	134.440
IV - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
ATIVO CIRCULANTE				
NO FIM DO EXERCÍCIO	258.853	221.381	260.141	222.580
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	221.381	221.517	222.580	222.714
	37.472	(136)	37.561	(134)
PASSIVO CIRCULANTE				
NO FIM DO EXERCÍCIO	303.415	285.242	303.346	285.325
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	285.242	419.768	285.325	419.899
	18.173	(134.526)	18.021	(134.574)
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	19.299	134.390	19.540	134.440

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		Auxílios para Obras	Doações e Subvenções para Investimentos			
Saldos em 31/12/05	352.386	8.195	7.152	147.444	(156.119)	359.058
Aumento de Capital	151.456	-	-	-	-	151.456
Recebimento de Auxílios e Doações	-	482	447	-	-	929
Realização de Reservas	-	-	-	(15.923)	15.923	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(17.586)	(17.586)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	31.427	31.427
Saldos em 31/12/06	503.842	8.677	7.599	131.521	(126.355)	525.284
Recebimento de Auxílios e Doações	-	585	287	-	-	872
Realização de Reservas	-	-	-	(14.700)	14.700	-
Créditos Fiscais Diferidos	-	-	-	-	7.810	7.810
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(25.102)	(25.102)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	53.351	53.351
Saldos em 31/12/07	503.842	9.262	7.886	116.821	(75.596)	562.215

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, sociedade anônima de capital aberto, CNPJ nº 92.802.784/0001-90, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior, nº 120, 18º andar, Centro, tem como seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital votante e 60,72% do seu capital total. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as disposições da legislação societária brasileira e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Atendendo a Deliberação CVM 505/06, informamos que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2007 foram concluídas no dia 29 de janeiro de 2008, conforme autorização da Diretoria da Companhia. As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas nas rubricas Reclamações e Rescisões Contratuais e Outros Créditos do Ativo Realizável a Longo Prazo e nas rubricas de Provisões Tributárias, Trabalhistas e Outras e Outros Débitos do Passivo Circulante, para fins de comparabilidade.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e sua controlada COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL. A controladora detém 93,02% do capital social votante da controlada. Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- a) A controladora e a controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;
- b) Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados;
- c) Foram destacadas as parcelas do patrimônio líquido e do resultado do exercício referente às participações dos acionistas minoritários.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

b) Contas a Receber de Usuários

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

e) Investimentos

A participação em empresa controlada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção, e conforme nota 12, grande parte dos bens integrantes do ativo imobilizado foi reavaliada, como também foi acrescida a Correção Monetária Complementar, art. 3º, Lei nº 8.200 de 29/06/91. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens. As taxas anuais de depreciação são as seguintes:

Sistemas de Água e Esgoto	4% a.a.
Prédios e Instalações Fixas	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Demais Bens Móveis	10% a.a.

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, estão apropriados ao custo dos mesmos.

g) Provisão para Férias e Encargos

Foi constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

h) Provisão para Contingências

Foi constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, impetrados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas. Os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais.

i) Benefícios Pós-Emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "Benefício Definido" e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM 371/00, a Companhia reconheceu no exigível a longo prazo, os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
 E DESENVOLVIMENTO URBANO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real.

k) Direitos e Obrigações

Os direitos e obrigações sujeitos à variação monetária ou cambial estão demonstrados pelos seus valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério "pro rata die".

l) Uso de Estimativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis, em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

5. CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Contas a Receber Vincendas		
Particular	75.352	72.774
Pública	3.746	3.723
Contas a Receber Vincendas		
Particular	30.633	28.399
Pública	36.046	24.209
Receitas a Faturar	33.496	32.138
Total de Contas a Receber	179.273	161.243
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.728)	(6.874)
Total de Contas a Receber, líquidas	172.545	154.369

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda. O saldo com o Poder Público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos dos poderes federal, estadual e municipal. Estes valores referem-se principalmente à faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e historicamente têm sido liquidados através de encontro de contas.

Receitas a Faturar: refere-se aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Tubulações de Água e Esgoto	19.212	28.707	19.212	28.707
Materiais de Tratamento/Laboratório	1.025	1.000	1.560	1.362
Materiais Diversos	1.659	1.810	1.702	1.850
Total	21.896	31.517	22.474	31.919

7. VALORES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Cofins a Compensar	2.240	1.862	2.240	1.862
Contribuição Social sobre o Lucro	732	1.156	732	1.156
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	2.540	3.767	2.540	3.767
Outros Valores a Compensar	426	481	486	549
Total	5.938	7.266	5.998	7.334

8. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

De acordo com a Instrução CVM 371/02 vêm sendo apropriados os prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e os créditos fiscais diferidos sobre bases negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os dados destes procedimentos são os seguintes:

Descrição	Controladora	
	2007	2006
Prejuízos fiscais	319.134	379.593
Adições temporárias	364.729	274.047
Exclusões temporárias	(350.030)	(338.686)
Base de cálculo	333.833	314.954
Crédito fiscal diferido (25%)	83.458	78.739
Base de cálculo negativa de contribuição social	204.442	267.966
Adições temporárias	358.257	264.450
Exclusões temporárias	(398.919)	(396.075)
Base de cálculo	163.780	136.341
Crédito fiscal diferido (9%)	14.740	12.271
Soma dos créditos diferidos de IRPJ e CSLL	98.198	91.010

Outrossim, tendo como base o estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia conservadoramente apropriou somente parte destes créditos e entendeu que o período máximo de realização seria em até cinco anos.

A movimentação ocorrida desde 31/12/04 é a seguinte:

Descrição	Controladora
Valor apropriado em 31/12/04 a crédito de Patrimônio Líquido	68.308
Ajustes em 2005 na conta de Patrimônio Líquido	(8.808)
Saldo em 31/12/05	59.500
Ajustes em 2006 na conta de Patrimônio Líquido	(6.203)
Saldo em 31/12/06	51.297
Ajustes em 2007 na conta de Patrimônio Líquido	7.810
Ajustes em 2007 no Resultado referentes à complementação	10.800
Ajustes em 2007 no Resultado referentes à realização	(20.808)
Saldo em 31/12/07	49.099
Sendo, no curto prazo	8.003
no longo prazo	41.096
Perspectiva de realização em	
2008	8.003
2009	9.735
2010	11.658
2011	11.584
2012	8.119
	49.099

9. OUTROS CRÉDITOS

Curto Prazo

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Adiantamentos a Terceiros	1.044	1.558	1.044	1.558
Créditos de Empregados	2.894	2.710	2.894	2.710
Por Serviços ou Obras Prestados a Terceiros	380	362	380	362
Créditos Diversos	741	567	796	682
Total	5.059	5.197	5.114	5.312

Longo Prazo

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Ações de Parcelamentos de Dívidas	2.525	2.525	2.525	2.525
Créditos Diversos	69	68	91	90
Total	2.594	2.593	2.616	2.615

10. RECLAMAÇÕES E RESCISÕES CONTRATUAIS

O saldo de reclamações e rescisões contratuais no valor de R\$ 11.944 em 31/12/07 (R\$ 8.828 em 31/12/06) refere-se ao fornecimento de água ao município de Novo Hamburgo, relativo ao sistema integrado, cujo recebimento vem sendo discutido na esfera judicial.

11. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento na controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL está assim representado:

	2007	2006
Capital Social	3.884	3.884
Patrimônio Líquido	2.285	2.013
Resultado do Período	271	(145)
Percentual de Participação - %	93,02	93,02
Saldo no Início do Exercício	1.873	2.009
Resultado de Equivalência Patrimonial	252	(135)
Outros Ajustes de Equivalência Patrimonial	-	(1)
Saldo Final do Exercício	2.125	1.873

12. IMOBILIZADO TÉCNICO E OBRAS EM ANDAMENTO

Imobilizado Técnico	Controladora					
	2007			2006		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Sistemas de Abastecimento de Água						
Custo Aquisição	854.473	(352.871)	501.602	823.051	(319.619)	503.432
Correção Monetária Complementar	154.189	(125.293)	28.896	154.341	(120.373)	33.968
Reavaliação	636.248	(519.837)	116.411	637.467	(500.482)	136.985
Total	1.644.910	(998.001)	646.909	1.614.859	(940.474)	674.385
Sistemas de Esgoto						
Custo Aquisição	531.951	(137.244)	394.707	524.895	(115.987)	408.908
Correção Monetária Complementar	48.223	(34.175)	14.048	48.223	(32.358)	15.865
Reavaliação	25.069	(17.299)	7.770	25.069	(16.305)	8.764
Total	605.243	(188.718)	416.525	598.187	(164.650)	433.537
Bens de Uso Geral						
Custo Aquisição	238.592	(164.834)	73.758	221.783	(153.821)	67.962
Correção Monetária Complementar	72.507	(63.669)	8.838	72.619	(62.166)	10.453
Reavaliação	72.895	(36.494)	36.401	72.895	(35.826)	37.069
Total	383.994	(264.997)	118.997	367.297	(251.813)	115.484
Total Geral	2.634.147	(1.451.716)	1.182.431	2.580.343	(1.356.937)	1.223.406

A Companhia procedeu a reavaliação dos bens de seu ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações, monta R\$ 160.582 em 2007 (R\$ 182.818 em 2006). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que sua realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens do ativo permanente. Em cumprimento à Deliberação CVM 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo circulante e exigível a longo prazo (nota 17).

As contas de Obras em Andamento estão compostas da seguinte forma:

	Controladora	
	2007	2006
Água - Custo Aquisição	86.791	64.173
Esgoto - Custo Aquisição	29.763	23.144
Bens de Uso Geral - Custo Aquisição	659	667
Encargos Financeiros sobre Obras	2.518	2.476
Adiantamentos a Terceiros	2.375	2.375
Valores Capitalizáveis Apropriados	24.002	20.699
Total	146.108	113.534

Reconciliação do Imobilizado Técnico e Obras em Andamento:

Imobilizado	Imobilizado Técnico				
	Sistemas de Abastecimento de Água	Sistemas de Esgoto	Bens de Uso Geral	Obras em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo em 31/12/07	646.909	416.525	118.997	146.108	1.328.539
Adições	6.752	78	16.651	71.183	94.664
Baixas	(242)	-	(43)	(6.278)	(6.563)
Transferências	24.801	6.978	552	(32.331)	-
Depreciações	(58.787)	(24.068)	(13.647)	-	(96.502)
Saldo em 31/12/06	674.385	433.537	115.484	113.534	1.336.940
Adições	9.502	41	17.420	74.460	101.423
Baixas	(509)	-	(104)	(13.292)	(13.905)
Transferências	46.467	6.624	636	(53.727)	-
Depreciações	(58.891)	(23.972)	(13.214)	-	(96.077)
Saldo em 31/12/05	677.816	450.844	110.746	106.093	1.345.499

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme Termo de Entrega de Serviços Públicos Concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Supremo Tribunal da Justiça foi susgado o cumprimento do mandato de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora tais serviços já tivessem sido entregues. Em virtude dessa pendência judicial, a partir de janeiro de 1997, a Companhia deixou de contabilizar a depreciação gerada por estes bens e aguarda decisão definitiva do Judiciário para então registrar contabilmente seus efeitos.

Os saldos existentes dessa pendência, incluídos no quadro inicial desta nota explicativa, são os seguintes:

Imobilizado Técnico Novo Hamburgo	Sistema de Abastecimento de Água	Sistema de Esgoto	Bens de Uso Geral	Total
Custo Corrigido	28.737	2.609	5.648	36.994
Custo de Aquisição	6.957	907	2.712	10.576
Correção Monetária Complementar	2.505	1.653	1.831	5.989
Reavaliação	19.275	49	1.105	20.429
Depreciação Acumulada	(13.414)	(686)	(1.792)	(15.892)
Custo de Aquisição	(2.838)	(273)	(556)	(3.667)
Correção Monetária Complementar	(1.435)	(387)	(328)	(2.150)
Reavaliação	(9.141)	(26)	(908)	(10.075)
Total	15.323	1.923	3.856	21.102

O Imobilizado Técnico da controlada está assim representado:

Imobilizado	2007			2006		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Bens de Uso Geral						
Custo Aquisição	3.231	(2.403)	828	3.125	(2.285)	840
Total	3.231	(2.403)	828	3.125	(2.285)	840

13. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os riscos envolvidos em suas operações, por não comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade operacional da prestação dos serviços.

Os bens da controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL estão cobertos por seguro na modalidade vendaval, roubo e incêndio e automóvel (cobertura total), com importância segurada dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
 SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
 E DESENVOLVIMENTO URBANO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

Instituição	Indexador	Taxa de Juros Anual	Último Vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto Prazo		Longo Prazo	
				2007	2006	2007	2006
Banco do Brasil	TR	7,435%	31/03/14	34.039	35.930	178.707	202.708
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DOLAR	4,16%	26/07/20	6.464	7.801	77.554	101.411
Caixa Econômica Federal				18.296	16.876	106.136	123.023
Caixa Econômica Federal	UPR*	6,5 a 9,5%	28/12/15	745	673	6.645	7.317
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR*	5 a 12%	28/12/15	17.551	16.203	99.491	115.706
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11%	20/02/16	2.014	6.124	6.401	8.153
Total				60.813	66.731	368.798	435.295

* UPR – Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).

O financiamento com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os demais empréstimos e financiamentos tiveram como objetivo a ampliação e modernização do sistema de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, realizada pelas instituições financeiras. Composição dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

Controladora	
Ano	Valor
2008	63.214
2009	62.675
2010	59.079
2011	57.367
2012	57.042
Após 2012	69.421
Total	368.798

15. FORNECEDORES

Curto Prazo

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Fornecedores de materiais e serviços	59.454	52.994	59.061	52.810
Parcelamento - PROCERGS (Nota 21 (d))	11.481	11.692	11.481	11.692
Parcelamento - CEEE	579	335	579	335
Total	71.514	65.021	71.121	64.837

Longo Prazo

O valor de fornecedores registrado no longo prazo, em 31/12/07, refere-se a parcelamentos com a CEEE, no valor de R\$ 236 (R\$ 892 em 31/12/06) e com a PROCERGS, no valor de R\$ 12.438 (R\$ 22.500 em 31/12/06).

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS

Imposto ou Contribuição	Indexador	Taxa de Juros	Último Vencimento	Controladora			
				Curto Prazo		Longo Prazo	
				2007	2006	2007	2006
IRPJ - Proc. 11080.009570/2003-90		SELIC	31/08/08	1.802	2.514	-	1.676
COFINS - Proc. 11080.006781/2004-51		SELIC	31/08/09	16.201	14.945	10.801	24.909
PASEP - Proc. 11080.009138/2005-61		SELIC	31/10/10	13.019	11.850	23.867	33.575
PASEP - Proc. 11080.001942/00-52		SELIC	31/10/10	1.746	1.589	3.200	4.502
INSS - Proc. 01629386-0	UFIR	1% a.m	20/04/13	1.018	980	4.412	5.228
INSS - Proc. 601747275		SELIC	20/07/07	-	7.124	-	-
INSS - Proc. 601812		SELIC	20/01/08	291	3.270	-	272
Total				34.077	42.272	42.280	70.162

Os vencimentos dos impostos e contribuições a longo prazo estão previstos como segue:

Controladora	
Ano	Valor
2008	27.286
2009	12.619
2010	1.018
2011	1.018
2012	339
Total	42.280

A Controlada possui parcelamento de Programa de Integração Social – PIS no valor de R\$ 19 em 31/12/07 (R\$ 25 em 31/12/06) no curto prazo, em 31/12/06 apresentava R\$ 20 no longo prazo.

17. PROVISÃO PARA TRIBUTOS DIFERIDOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstrativo da base de cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Reserva de reavaliação, exceto terrenos	128.709	150.945
Alíquota aplicada	34%	34%
Provisão para tributos diferidos	43.761	51.297

A movimentação ocorrida desde 31/12/04 é a seguinte:

Descrição	Controladora
Valor apropriado em 31/12/04 a crédito de Patrimônio Líquido	68.308
Ajustes em 2005 na conta de Patrimônio Líquido	(8.808)
Saldo em 31/12/05	59.500
Ajustes em 2006 na conta de Patrimônio Líquido	(8.203)
Saldo em 31/12/06	51.297
Ajustes em 2007 na conta de Patrimônio Líquido	(7.536)
Saldo em 31/12/07	43.761
Saldo, no curto prazo	7.229
no longo prazo	36.532
Perspectiva de realização em	
2008	7.229
2009	6.651
2010	6.119
2011	5.630
2012	5.180
2013	4.766
2014	4.385
2015	3.801
Total	43.761

b) COFINS e PASEP

Foi constituída em 2007 a Provisão para Tributos Diferidos de COFINS e PASEP, calculada com base no faturamento a órgãos públicos, os valores contabilizados relativos à COFINS foram R\$ 208 no curto prazo e R\$ 665 no longo prazo e ao PASEP R\$ 45 no curto prazo e R\$ 145 no longo prazo. Por ocasião da prestação do serviço é apurada a obrigação e constituída a provisão, quando do recebimento da fatura é realizada a liquidação do valor provisionado.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo exigível a longo prazo, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de

sentença ou decisão desfavorável. Estes valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos administradores e da Superintendência Jurídica.

A provisão para contingências está composta como segue:

Ações	Controladora				
	Saldo em 31/12/06	Adições	Exclusões	Despesas Financeiras	Saldo em 31/12/07
Trabalhistas	71.576	78.324	(10.303)	11.195	150.792
Cíveis e Fiscais	40.078	11.305	(8.382)	5.056	48.057
Total	111.654	89.629	(18.685)	16.251	198.849
(-) Depósitos Judiciais	(78.865)	(30.817)	34.404	-	(75.278)
Total	32.789	58.812	15.719	16.251	123.571

As principais contingências provisionadas são:

Ações Trabalhistas

a) Processo 241/93 SINDIÁGUA - A origem do processo foi em decorrência da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, decorrente do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou estando atualmente em fase de liquidação. Em 31/12/07 esta provisão totaliza R\$ 20.523 (R\$ 18.791 em 31/12/06).

b) Outras Reclamatórias Trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.685 ações. Em 31/12/07 esta provisão totaliza R\$ 130.269 (R\$ 52.785 em 31/12/06).

Ações Cíveis e Fiscais

As ações cíveis referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, ajuizados tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Em 31/12/07 estas provisões totalizam R\$ 48.057 (R\$ 40.078 em 31/12/06).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, R\$ 73.432 em 31/12/07 (R\$ 50.766 em 31/12/06).

Adicionalmente, em agosto de 2005, a CORSAN foi notificada de ação pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande. Essa ação requereu da Companhia, entre outras ponderações, indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais aos moradores do Parque Marinha. Conforme opinião dos assessores jurídicos externos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito.

Atualmente a CORSAN foi citada em 462 processos judiciais, no município de Passo Fundo, cujo idêntico objeto busca a condenação em danos materiais, pela desvalorização da propriedade, e danos morais, tudo decorrente do cheiro exalado pela Estação de Tratamento de Esgoto. As ações possuem valor da causa de R\$ 40, quando o polo ativo é integrado apenas por um autor e R\$ 100, quando integrado por mais de um. A CORSAN ingressou com Impugnação ao Valor da Causa em todos os processos, sendo que tais demandas foram julgadas procedentes, determinando o Juiz que o valor da causa fosse alterado para o valor de alçada, atualmente, no valor de R\$ 1. Conforme opinião dos assessores jurídicos internos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito.

A controlada possui ações trabalhistas, para as quais foi provisionado o valor de R\$ 79 em 31/12/07 (R\$ 114 em 31/12/06).

19. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva, avaliado anualmente por atuário independente. O custo anual para a patrocinadora é em média 12% sobre o total dos salários de participação de todos os empregados e assistidos. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "Benefício Definido" e a sua avaliação, de conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente.

A CORSAN possui contratada a Reserva a Amortizar referente ao passivo existente na Fundação CORSAN, cujo saldo em 31/12/07 é de R\$ 197.920 (R\$ 205.902 em 31/12/06).

A Companhia contratou um Atuário Independente para proceder ao cálculo do passivo da CORSAN relativo a contribuição ao Fundo de Previdência de seus funcionários, registrado na conta de Provisão para Benefício Pós-Emprego, de forma a atender as normas estabelecidas pela Deliberação CVM 371/00. Considerando os valores das provisões de "PAI/SPP" e "IPE SAÚDE", na proporção acumulada de 5/5 para 2006, descontado o saldo da Reserva a Amortizar contratada, a Provisão para Benefício Pós-Emprego acumulada em 31/12/07 é de R\$ 38.679 (R\$ 33.698 em 31/12/06), conforme o seguinte demonstrativo:

	2007	2006
(1) Valor Presente da Obrigação Atuarial	911.853	796.727
(2) Valor Justo dos Ativos do Plano	(394.786)*1	(329.504)
(3) = (1)+(2) Obrigações Descobertas	517.067	467.223
(4) Passivo Inicial a Reconhecer	-	-
(5) Parcela do Valor Presente da Obrigação Atuarial de responsabilidade dos participantes (EC 20/1998)	(159.432)	(130.661)
(6) Ganhos(Perda) a Reconhecer	(210.275)	(160.879)
(7) = (3)+(4)+(5)+(6) Valor da Obrigação Atuarial Líquida	147.360*1	175.683
(8) Passivo Reconhecido da CORSAN com a FUNDAÇÃO CORSAN	(197.920)*1	(205.902)
(9) = (8) - (7) Passivo Reconhecido Excedente à Obrigação Atuarial	50.560*1	30.219
(10) Provisão "PAI/SPP"	18.736*1	15.156
(11) Provisão "IPE SAÚDE"	19.943*1	18.542
(12) = (7)+(8)+(9)+(10)+(11) Passivo Líquido Reconhecido no Balanço (NPC 26/CVM371)	38.679*1	33.698

*1 A Companhia já reconheceu, em 31/12/07, o valor de R\$ 197.920 como saldo de débitos para com o Plano de Benefício Definido da patrocinadora FUNDAÇÃO CORSAN, o qual nos termos da Deliberação CVM 371/00 não está incluído no Valor Justo do Ativo do Plano. Como esse valor de R\$ 197.920 é superior ao valor atuarialmente avaliado como Valor da Obrigação Líquida, a Companhia, além desse saldo de débitos, só reconheceu, em 31/12/07, o aumento verificado ao longo de 2007 nas Provisões "PAI/SPP" e "IPE SAÚDE", que foi de R\$ 4.981.

A despesa estimada para o exercício de 2008 referente ao Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia junto à FUNDAÇÃO CORSAN, que não inclui as movimentações relativas à Provisão "PAI/SPP" e "IPE SAÚDE", já que tais movimentações são reconhecidas imediatamente, é a seguinte:

	2008 (Estimado)
(1) Custo do serviço corrente	16.623
(2) Custo dos juros	75.163
(3) Retorno dos investimentos	(44.856)
(4) Amortização de perdas/ganhos não reconhecidos que excederam ao "corredor"	10.387
(5) Amortização da obrigação atuarial inicial	-
(6) Contribuição esperada dos empregados	(16.868)
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6) Custo esperado estimado para o ano de 2008	40.449*1

*1 Esse total deverá ser deduzido do valor das contribuições que a Companhia realizará em 2008.

As principais premissas atuariais utilizadas em 31/12/07, são como segue:

- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 10,24% ao ano (Inflação média de longo prazo de 4% ao ano acrescida de juros reais de 6% ao ano);
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 11,28% ao ano (Inflação média de longo prazo de 4% ao ano acrescida de juros reais de 7% ao ano);
- Taxa de crescimento salarial: 6,08% ao ano (Inflação média de longo prazo de 4% ao ano acrescida de crescimento real de 2% ao ano);
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 4% ao ano (igual à inflação média de longo prazo);
- Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,9777 ou 97,77% (compatível com a inflação média de longo prazo de 4% ao ano), conforme o seguinte demonstrativo:

$$\frac{12 \cdot a \cdot \frac{(1+i)^n}{i} + a}{1+i} = \frac{11.748502 + 0.961538}{12 + 1} = \frac{12.710040}{13} = 0,9777 \text{ ou } 97,77\%$$

- Taxa de rotatividade: Nula, para incorporar com maior segurança os reflexos que a introdução do instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), acarretará na saída do Plano sem direito a benefício;
- Tábua Geral de Mortalidade: (qx) da AT-83;
- Tábua de entrada em invalidez: (ix) da LIGHT (MÉDIA);
- Tábua de mortalidade de inválidos: (qⁱ) igual ao (qx) da AT-49;
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para q_x / i_x / q_x;
- Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa Patrocinadora.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Acionistas	Ações		Total Ações	Capital Total (%)	Capital Votante (%)
	Ordinárias	Preferenciais			
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	43.659.006	247.318.012	60,71864745	99,99999018
Caixa de Administração da Dívida Pública S.A - CADIP	0	160.000.000	160.000.000	39,28134273	0,00000000
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000246	0,00000246
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000148	0,00000148
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Total	203.659.026	203.659.026	407.318.052	100,00000000	100,00000000

A Companhia está autorizada a, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar seu Capital Social até o limite de R\$ 657.351, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais. A Companhia, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou em 2007 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 25.102 (R\$ 17.586 em 2006), utilizando como base a taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observando o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração de resultado na linha de despesas financeiras para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de aproximadamente R\$ 8.535 em 2007 (R\$ 5.979 em 2006).

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Companhia de Indústrias Eletroquímicas – CIEL

A CORSAN transaciona com a empresa controlada o produto químico sulfato de alumínio líquido à razão de 1.300 toneladas/mês, que é utilizado no tratamento da água. As condições de aquisição do referido produto são estabelecidas na legislação vigente com dispensa de licitação, com prazo de vencimento de 30 dias, sendo que os preços praticados estão alinhados com o mercado no valor de R\$ 702,22 tonelada/FOB.

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a controladora e a controlada:

Contas	Controladora		Controlada	
	2007	2006	2007	2006
Créditos a Receber	3	2	757	1.122
Faturamento relacionado	37	30	9.639	10.230

b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

Descrição	2007	2006
Faturamento de contas de água - Saldo a Receber	25.114	9.413
Rendimentos SIAC - Saldo a Receber	1.133	254
Juros sobre o Capital Próprio a pagar para o Governo do Estado	(28.211)	(17.009)
Juros sobre o Capital Próprio a pagar para a CADIP	(8.382)	(491)

Criado pelo Decreto Lei 33.958 de 24 de maio de 1991, SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado, determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos lá depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos em 31/12/07 é de R\$ 1.133 (R\$ 254 em 31/12/06), tendo sido apropriados o montante de R\$ 293 em 2007 (R\$ 1.796 em 2006). Foram realizados dois encontros de contas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul em 2007, em junho e setembro, envolvendo os seguintes valores:

- crédito referente faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto, no valor de R\$ 6.506 em junho e R\$ 4.940 em setembro;
- débito referente quitação por parte do Estado das parcelas vencidas em 2007 de empréstimo com o BID, no valor R\$ 6.150 em junho e R\$ 5.296 em setembro.

c) Fundação CORSAN

Os valores abaixo referem-se a parcelamentos da Reserva a Amortizar junto à Fundação CORSAN:

Contratos	Indexador	Taxa de Juros	Último Vencimento	Curto Prazo		Longo Prazo	
				2007	2006	2007	2006
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.260	2.149	13.912	14.179
Contrato 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	12% a.a	31/12/10	14.831	13.905	23.516	31.728
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	10.950	10.382	89.110	89.147
Contrato 122005	(*)		01/12/18	3.377	3.461	39.964	40.951
Total				31.418	29.897	166.502	176.005

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os Contratos 1298, 042001 e 122001 estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Os vencimentos dos parcelamentos com a Fundação CORSAN a longo prazo estão previstos como segue:

Controladora	
Ano	Valor
2008	24.736
2009	24.736
2010	12.978
2011	12.978
2012	12.978
Após 2012	78.096
Total	166.502

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos a PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar, em 31/12/07, incluído na rubrica de fornecedores, é de R\$ 23.919 (R\$ 34.192 em 31/12/06), sendo R\$ 11.481 (R\$ 11.692 em 31/12/06) no curto prazo e R\$ 12.438 (R\$ 22.500 em 31/12/06) no longo prazo.

22. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais dos exercícios de 2007 e 2006 estão assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Resultado de Equivalência Patrimonial	252	(136)	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	22	20
ICMS - Diferencial de Alíquota	(1.372)	(1.860)	(1.372)	(1.860)
CPMF	(5.117)	(4.665)	(5.117)	(4.665)
Juros e Multas sobre Tributos	(7.654)	(13.658)	(7.654)	(13.658)
Outros Tributos	(1.617)	(2.660)	(1.667)	(2.725)
Total	(15.508)	(22.979)	(15.788)	(22.888)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras dos exercícios de 2007 e 2006 estão assim compostas:

Receitas Financeiras

Juros sobre Financiamentos Externos
Acréscimos por Inadimplementos
Outras Receitas Financeiras
Variações Monetárias Ativas
Variações Cambiais Ativas
Despesas Financeiras
Juros e Taxas sobre Financiamentos Internos
Juros e Taxas sobre Financiamentos Externos
Juros e Taxas sobre Outras Obrigações
Variações Monetárias Passivas
Variações Cambiais Passivas
Total

	2007	2006
Juros sobre Financiamentos Externos	45.701	68.041
Acréscimos por Inadimplementos	-	12.299
Outras Receitas Financeiras	12.196	9.711
Variações Monetárias Ativas	3.141	2.287
Variações Cambiais Ativas	5.383	5.743
Despesas Financeiras	(91.295)	(180.895)
Juros e Taxas sobre Financiamentos Internos	(31.479)	(111.853)*
Juros e Taxas sobre Financiamentos Externos	(4.171)	(4.457)
Juros e Taxas sobre Outras Obrigações	(12.351)	(16.069)
Variações Monetárias Passivas	(36.232)	(23.760)
Variações Cambiais Passivas	(7.062)	(24.756)
Total	(45.594)	(112.854)

* Em outubro de 2006, foi alterado procedimento de contabilização das parcelas vencidas referentes ao financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com relação à interpretação do contrato de nº 776 firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o BID e o Contrato de Repasse 01 firmado entre Estado e CORSAN. Este procedimento resultou na contabilização de despesas com juros sobre financiamentos em contrapartida do referido passivo, no montante de R\$ 76.408. A controlada possui receitas financeiras no valor de R\$ 33 em 31/12/07 (R\$ 67 em 31/12/06) e despesas financeiras de R\$ 5 em 31/12/07 (R\$ 5 em 31/12/06).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurados para os exercícios findos em 31/12/07 e 31/12/06 podem ser demonstrados como segue:

Reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	2007		2006	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	103.840	103.840	49.086	49.086
Adições (Exclusões)				
Despesa de Juros sobre o Capital Próprio	(25.102)	(25.102)	(17.586)	(17.586)
Depreciação da Reavaliação	22.237	22.237	23.741	23.741
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(146)	(146)	(3.876)	(3.876)
Provisão para Contingências	87.195	87.195	10.740	10.740
Provisão para Benefícios Pós Emprego	4.981	4.981	8.662	8.662
Provisão para Benefício Suplementar	-	-	(1.699)	(1.699)
Provisão para PPR	6.637	6.637	-	-
Variação Cambial	(34)	(34)	(214)	(214)
Contas a Receber de Entidades Públicas	(4.417)	(4.417)	6.010	6.010
Outros	6.338	16.558	(2.376)	9.312
Base de Cálculo	201.529	211.749	72.488	84.176
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	(21.746)	(25.253)
Base de Cálculo após Compensação de Prejuízos Fiscais	201.529	211.749	50.742	58.923
Alíquota Aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social antes das Deduções	50.382	19.057	12.685	5.303
Deduções do IR e CS e Outros Ajustes	(614)	-	(329)	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	49.768	19.057	12.356	5.303
Compensação de Prejuízos Fiscais	(15.091)	(5.717)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	34.677	13.340	12.356	5.303

A controlada apurou, em 31/12/07, R\$ 43 de Imposto de Renda e R\$ 25 de Contribuição Social, em 2006 não foi apurado valor de Imposto de Renda e Contribuição Social.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros existentes em 31/12/07 são: disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e parcelamentos de impostos e contribuições, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares.

A Companhia não realizou até 31/12/07 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução nº 235/95 da Comissão de Valores Mobiliários.

Os empréstimos e financiamentos em 31/12/07, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 14, possuem R\$ 84.018 vinculado ao dólar Norte Americano, para o qual não existe mecanismo de proteção contra eventuais oscilações. Todos os financiamentos, em 31/12/07, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28/12/07, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. As alterações entram em vigor em 01/01/08 e aplicam-se às demonstrações contábeis do exercício social iniciado a partir de 01/01/08.

Esta Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que estas alterações irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. No momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações para o exercício findo em 31/12/07.

Apresentamos a seguir, conforme Comunicado ao Mercado emitido em 14/01/08 e Deliberação CVM 505/06, as principais alterações contábeis introduzidas pela nova Lei das Sociedades por Ações, que poderão influenciar nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC e inclusão, para as companhias abertas, da Demonstração do Valor Adicionado – DVA.
- Possibilidade de escrituração das disposições da legislação tributária na escrituração mercantil desde que sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações contábeis estejam de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e os princípios fundamentais de contabilidade.
- Criação do subgrupo Intangível no ativo permanente, onde serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- Obrigatoriedade de registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.
- Restrição do uso do ativo diferido às despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade de análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo passam a ser avaliados: pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Criação do subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, onde serão classificados as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado.
- Foram abolidas das Reservas de Capital o Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures e as Doações e Subvenções para Investimento.
- Criação da Reserva de Incentivos Fiscais, que visa possibilitar que as doações e subvenções para investimentos sejam registradas no resultado do exercício e não mais como reserva de capital, a partir de regulação da CVM.
- Eliminação da Reserva de Reavaliação. Os saldos das Reservas de Reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou revertidos até o final do exercício social em que a Lei entrar em vigor, ou seja, até o final do exercício de 2008.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2007.

Mário Rache Freitas
Diretor Presidente
CPF nº 333.959.690-53

Carlos Júlio Garcia Martinez
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF nº 191.267.600-10

Alfredo Arthur Dorn
Diretor de Operações
CPF nº 135.299.860-20

Paulo Ricardo Rodrigues de Medeiros
Diretor Comercial
CPF nº 269.440.060-49

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Administrativo
CPF nº 414.119.780-72

Sérgio Luiz Klein
Diretor de Expansão
CPF nº 269.098.990-72

Elena Hahn Raupp
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 25.777
CPF nº 177.314.700-59

Contabilização e
Elaboração das
Demonstrações
Contábeis da CORSAN



ISO 9001:2000
FS 513963



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
COMPANHIA ABERTA – CNPJ 92.802.784/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 657.351
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 503.842
CAPITAL REALIZADO R\$ 503.842



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO URBANO

7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS de
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

- 1) Examinamos os balanços patrimoniais individual e consolidado da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo “1” representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN e controlada, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 tendo em vista disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a empresa efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 49.099 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis.
- 5) A adoção gradual da Tábua de Mortalidade AT-83 exigida pela Resolução CGPC Nº 18/2006 provocará um aumento de compromisso nos benefícios em decorrência da maior expectativa de vida dos participantes com possíveis reflexos nos resultados futuros da Fundação Corsan e conseqüentemente no valor das contribuições da Companhia.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2008.

CARLOS FREDERICO REINEHR
CONTADOR CRC/RS – 019603/0-9

HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS-003688/T/SP/F/RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados e demais Relatórios Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, recomendam que os referidos documentos sejam aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2008.

LÉRIO JOSÉ MACHADO

JOSÉ JOÃO APPEL MATTOS

DEMÉTRIO CARLOS LAZZARETTI

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados e demais Relatórios Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprovam os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2008.

Luiz Ariano Zaffalon
Suplente do Presidente do Conselho

Mário Rache Freitas
Conselheiro

Carlos Germano Weinmann
Conselheiro

Jaime Cerbaro
Conselheiro

Adair José Troit
Conselheiro